

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Fev

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3135- Ano 2024

UNI global union

RIO GRANDE DO NORTE

SINDFORTE-RN, SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS



Sindicato Essa é a nossa força, a categoria unida chega mais longe, está semana estamos na frente das empresas levando informações de como estão as negociações da categoria, das empresas de transporte de valores, às negociações de forma unificadas com os estados RN, AL,SE,PB,CG,PE com o apoio da CNTV, e das federações, FINTERVG é FIVABS, vem mostrando força contra os ataques do patronal em tirar nossos direitos.

Os trabalhadores afirmam, a união e tudo é não vamos nos render às investidas do patronal na retirada de direitos quem vem sendo conquistados com muita lutas ao longo desses anos.

O SINDFORTE-RN estará sempre ao lado dos trabalhadores que estão dispostos a lutar juntos na defesa dos seus direitos.

SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS.

Fonte: Sindforte-RN

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, visita postos de trabalhos, dando informe sobre a campanha salarial



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas esteve, na manhã desta quinta-feira (8), na sede da empresa Preserve, onde conversou com os trabalhadores sobre a Campanha Salarial 2024.

Na oportunidade, os vigilantes foram informados sobre a recusa da proposta apresentada pelos patrões e o agendamento da nova reunião que acontecerá no próximo dia 20 de fevereiro, em Recife (PE).

Na semana passada, o sindicato esteve nas empresas Prosegur e Brinks com a mesma finalidade de atualizar os vigilantes sobre as negociações salariais e divulgar o informativo do sindicato.

CAMPANHA UNIFICADA

A campanha Salarial 2024 acontece de forma unificada com vários estados do Nordeste, como Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e o município de Campina Grande. A iniciativa busca fortalecer a representatividade da categoria na construção de propostas efetivas para a conquista de melhores salários, melhores condições de trabalho e pela valorização profissional dos vigilantes.

Fonte: Sind Vig. Alagoas

PATRÕES APRESENTAM PROPOSTA PARA SER SUBMETIDA A APROVAÇÃO DA CATEGORIA

PATRÕES APRESENTAM PROPOSTA PARA SER SUBMETIDA A APROVAÇÃO DA CATEGORIA.

No próximo dia 9 de Fevereiro (Sexta), o Sindvigilantes Bahia realizará a para submeter ao clivo da categoria.

Portanto, aguardamos a participação de todas e todos na assembleia, sua participação é fundamental, a decisão agora é sua.

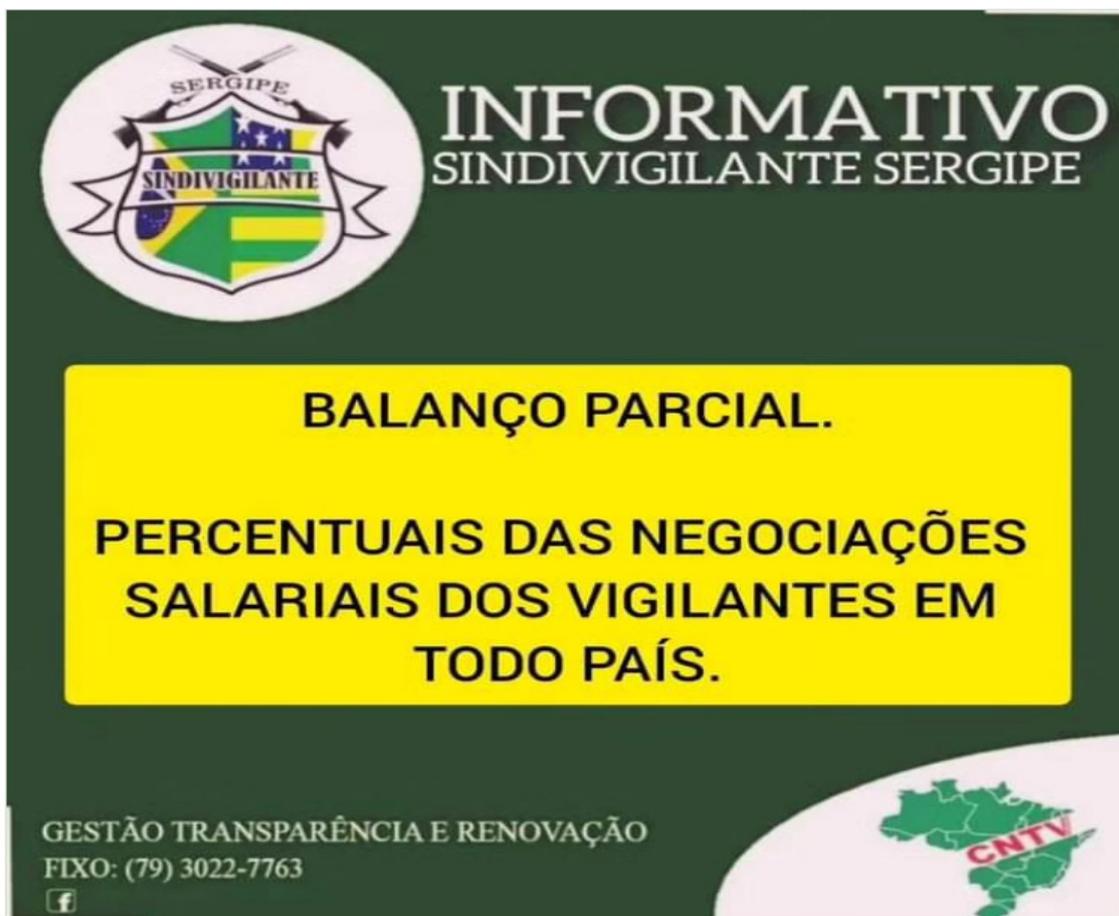
Fique ligado e ligada no dia 09 de Fevereiro as 8:30 da manhã na sede do Sindvigilantes Bahia que fica na Rua do Gravatá nº 23 - Nazaré.

Quem não luta por seus direitos não é digno deles.

Sindvigilantes Bahia



BALANÇO PARCIAL DOS REAJUSTES SALARIAIS DOS VIGILANTES A NÍVEL NACIONAL.



Roraima > 8,03%
➔ Sergipe > 6,97%
Alagoas > 6,97%
Amazonas > 4,8%
São Paulo > 4,68%
Ceará > 4,62%
Mato Grosso > 4,14%
Paraná > 4%
Espírito Santo > 3%
Goiás > 3,71%
Rio de Janeiro 3,71%
Rio Grande do Sul > 5%
Piauí > 3,71%
Maranhão > 3,71%
Minas Gerais > 4,62%

Fonte: CNTV

Vale ressaltar quẽ em Roraima onde observa-se a maior porcentagem, o salário dos vigilantes estavam bastante defasados.

Nós do estado de Sergipe, estamos entre os melhores percentuais das negociações do Brasil.

Unidos Somos Fortes!

Gestão: transparência e renovação - diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

Fonte: Sindivigilante Sergipe

Políticas contrárias ao trabalhador diminuíram participação dos salários no PIB

Pesquisa IBGE mostra que a participação dos salários no crescimento da economia do país caiu 12,9% desde 2016. Vice-presidenta da CUT Nacional responsabiliza os governos Temer e Bolsonaro que retiraram direitos



O volume da participação dos salários dos trabalhadores no Produto Interno Bruto (PIB), caiu 12,9% em cinco anos. Como o PIB varia ano a ano, em 2016, o valor da massa salarial em comparação com o PIB representava 35,5%, e em 2021 essa comparação despencou para 31%. Foi o pior resultado em 16 anos. No mesmo período a participação do excedente operacional bruto das empresas, valor de onde as companhias extraem o lucro, aumentou de 32,3% para 37,5%,

representando um crescimento de 16% entre 2016 e 2021.

Os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam o que a CUT vem denunciando desde que começaram os preparativos do golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015. Para os dirigentes cutistas, o impeachment, aprovado no ano seguinte, foi orquestrado para retirar direitos dos trabalhadores, achatando salários e

impor uma agenda econômica neoliberal que privilegia os ricos.

A vice-presidenta da CUT Nacional, Juvandia Moreira, cita algumas medidas econômicas dos governos de Michel Temer (MDB), e aprofundadas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), que impactaram na queda de renda do trabalhador, o que agora começa a ser retomada com a política de valorização do salário mínimo promovida pelo presidente Lula (PT).

“Desde 2016 que a gente teve uma série de medidas tomadas pelos governos anteriores que resultaram no aumento da desigualdade social e em prejuízo para classe trabalhadora. Um deles é a reforma trabalhista, que precarizou as relações de trabalho, enfraqueceu a organização dos trabalhadores, criou a possibilidade de terceirizar tudo e pejetizar.”, afirma Juvandia.

Sobre o impacto da massa salarial na participação do PIB, a técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino, concorda que o fim da valorização do mínimo, em 2019, que só voltou no ano passado com Lula, ajudou a reduzir os ganhos dos trabalhadores,

“Após o término da política de valorização do salário mínimo, que teve o último reajuste

em 2019, a massa salarial teve uma queda expressiva”, diz Adriana.

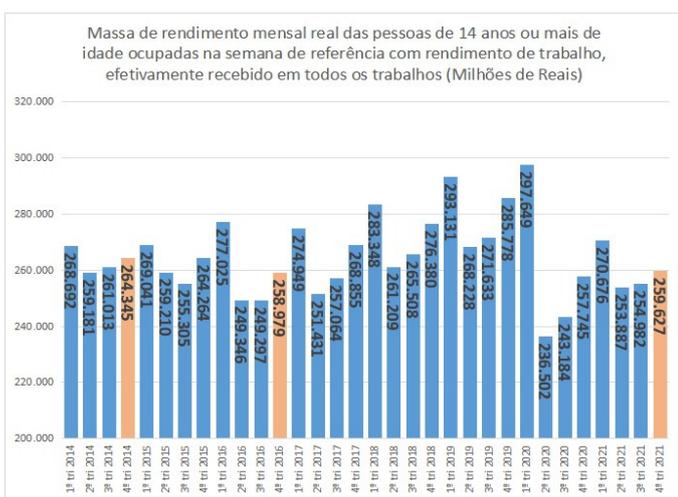
No quadro abaixo é possível verificar a massa salarial desde 2014. Os primeiros trimestres são impactados pelo valor de reajuste do salário mínimo.

Desemprego

A técnica do Dieese lembra que o período foi afetado por outros fatores como a pandemia, o baixo crescimento econômico com a falta de políticas públicas de emprego, com a desregulamentação do mercado de trabalho. Também houve um crescimento da informalidade, à exceção do período da pandemia, por conta de um desajuste no mercado de trabalho no período de isolamento social, quando os informais não podiam “ir pra rua” para trabalhar. Além de todos esses fatores, o desemprego influenciou muito na perda da massa salarial

Em 2014 a taxa de desemprego era de 7%, o menor índice já registrado no país e praticamente dobrou em 2017, ficando em 12,7%, se tornando o maior índice desde a série histórica iniciada em 2012. No ano passado a taxa do desemprego ficou em 7,8%

“Quando ‘sobra’ um número maior de trabalhadores no mercado, são oferecidas condições salariais piores. E todo o processo da recessão econômica de 2015, acabou também por diminuir os reajustes salariais negociados em convenções coletivas que, ou ficaram abaixo da inflação, ou tiveram resultados pífios”, explica Adriana Marcolino.



Ao comentar o dado, o presidente do IBGE, Márcio Pochmann, argumentou que ele mostra a reversão da tendência de aumento da participação dos salários no PIB observada entre 2004 e 2016.

“A construção lenta e difícil que por 12 anos levou para mudar positivamente o peso da renda do trabalho no PIB foi rápida e abruptamente desmontada nos últimos anos de regressão neoliberal. O que terminou por recolocar novamente o Brasil entre os países de baixos salários, empregos precarizados e de multidões de sobrantes e sem destino”, disse em entrevista à Agência Brasil.

Entre 2004 e 2016, a participação dos salários no PIB cresceu 16,3%, saindo de 30,6% para 35,67%. Por outro lado, nesse período, a participação do excedente operacional bruto das empresas caiu 6,6%, passando de 34,6% para 32,3% do PIB.

Juros altos e super-ricos

Juvandia, que também é presidenta da Contraf-CUT, tem acompanhado de perto a questão dos juros altos praticados pelo Banco Central (BC), e acredita que a taxa Selic também é igualmente responsável pela queda da participação dos salários no PIB (a soma de todas as riquezas do país). O BC se tornou independente em 2021 e, portanto, o atual governo não tem como interferir na taxa dos juros praticados no Brasil.

“As taxas de juros impostas por Roberto Campos Neto [presidente do BC], impedem, inclusive, os investimentos social e público”, diz Juvandia.

A dirigente lista ainda como causas dessa situação, o Teto de Gastos Públicos, que congelou por 20 anos (até 2036), os investimentos públicos. Hoje o governo federal criou o arcabouço fiscal como uma forma de minimizar os cortes nos investimentos.

Esse discurso de que não pode ter déficit fiscal, não ter investimento público, é um discurso que se continuar a ser feito, o Brasil não cresce e o trabalhador não aumenta a sua renda. Por isso, nós precisamos rever a reforma Trabalhista, reduzir os juros, ter investimento público, tributar lucros e dividendos e os super-ricos

- Juvandia Moreira

Os super-ricos ficaram 31% mais ricos no governo Bolsonaro, enquanto a pobreza aumentou 22,7%.

“Agora, ela prossegue, o governo está mandando uma proposta de mudança na tabela do imposto de renda e quer tributar os lucros e dividendos, para que o percentual de participação dos ricos e super-ricos seja maior na arrecadação e, para que o trabalhador e o governo possam investir e gerar emprego e renda para esses trabalhadores”, conclui Juvandia.

Os dados do IBGE também incluem a variável “remuneração dos trabalhadores” que, além dos salários, incluem as contribuições sociais pagas pelos empregadores e governo por pessoa empregada. O indicador salário é destacado pelo fato de as contribuições não serem usufruídas diretamente pelas famílias dos trabalhadores.

Fonte: CUT

Bradesco registra lucro de R\$16 bilhões em 2023

Fechamentos de agências e demissões preocupam dirigentes sindicais



O ano de 2023 testemunhou o Bradesco registrar um lucro líquido recorrente de R\$16,3 bilhões, marcando uma queda de 21,2% em relação ao ano anterior. Só no quarto trimestre, o banco apresentou lucro de R\$ 2,8 bilhões, ante ao lucro de R\$ 4,6 bilhões do trimestre imediatamente anterior, queda de 37,7%.

A holding Bradesco encerrou o quarto trimestre com 86.222 funcionários, com fechamento de 2.159 postos de trabalho em 12 meses e abertura de 120 no trimestre. A base de clientes, em 2023, diminuiu em 0,8 milhão em relação ao ano anterior, totalizando 71,7 milhões. Em relação à estrutura física, foram fechadas 169 agências, 173 postos de atendimento e 77 unidades de negócios em 12 meses (59 agências e 68 postos de atendimento foram fechados e 55 unidades de negócios foram abertas em relação ao trimestre imediatamente anterior)

Os números suscitam preocupações, especialmente no que diz respeito ao impacto nas condições de trabalho e na relação com os clientes. “Estamos preocupados com o emprego no setor bancário”, lamentou Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização dos

Empregados (COE). “O fechamento de agências não apenas afeta diretamente os trabalhadores, mas também afasta os clientes do espaço físico, prejudicando o atendimento e o acesso aos serviços bancários”, completou.

Reestruturação

A direção do Bradesco utilizou a queda no rendimento na comparação com o ano anterior, na manhã desta quarta-feira (7), como justificativa para anunciar uma reestruturação. A ação também despertou críticas por sua falta de diálogo prévio com a representação dos trabalhadores. “É lamentável que tais decisões sejam tomadas sem a devida conversa com os sindicatos”, destacou Magaly.

A preocupação com o impacto dessas mudanças na qualidade do emprego e na relação com os clientes é um ponto crucial a ser considerado em meio aos planos estratégicos do banco. “Enquanto o Bradesco busca uma reformulação em sua estrutura de comando e investimentos em tecnologia, é fundamental que os interesses dos trabalhadores e dos clientes sejam adequadamente representados e protegidos”, salientou.

“Esperamos que o diálogo entre o banco e os sindicatos seja fortalecido, garantindo que as decisões estratégicas considerem não apenas os interesses financeiros da instituição, mas também o bem-estar e a estabilidade dos trabalhadores e a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes”, finalizou Magaly.

Fonte: ContrafCUT

STF derruba norma do Espírito Santo que permitia porte de armas para agentes socioeducativos.

A decisão foi tomada por unanimidade pela Corte, no plenário virtual



O ministro Gilmar Mendes, decano do STF. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal invalidou uma norma do Espírito Santo que autorizava o porte de arma de fogo a titulares do cargo de agente socioeducativo. Apesar da concessão, a lei estadual impedia o porte e o uso do equipamento dentro das unidades.

A decisão foi tomada por unanimidade pela Corte, no plenário virtual, em sessão encerrada na segunda-feira 5. A Ação Direta de Inconstitucionalidade partiu da Procuradoria-Geral da República.

Os ministros acompanharam o relator, Gilmar Mendes. O argumento central é que o STF deve reafirmar seu entendimento de que os estados

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

não podem criar leis sobre porte e posse de armas. Segundo a Corte, cabe apenas à União, por meio de lei federal, regulamentar a matéria para todo o território nacional.

Além disso, Gilmar reforçou em seu voto que, atualmente, a matéria é regida pelo Estatuto do Desarmamento, a Lei Federal 10.826/2003.

Ao acionar o STF, no ano passado, a PGR ressaltou que o Estatuto do Desarmamento, ao relacionar os agentes públicos e privados autorizados a portar arma de fogo, não incluiu os agentes de segurança socioeducativos.

Fonte: cartacapital

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF